

FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

# CONIMBRIGA

*VOLUME XIX*



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1980

DOI: [https:// dx.doi.org/10.14195/1647-8657\\_19\\_12](https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_19_12)

ISSN: 0084-9189

*Memorias de Historia Antigua — I — 1977, Actas del Coloquio 1977 «Estructuras Sociales durante la Antigüedad»*, Instituto de Historia Antigua, Universidad de Oviedo, 1978, 268 pág., sem ilustrações.

Júlio Mangas introduz o volume, focando a metodologia preconizada para estes Coloquios sobre as estruturas sociais na Antiguidade, que pretendem trazer uma lufada de ar fresco à investigação histórica em Espanha, num clima de diálogo aberto sem posições dogmáticamente herméticas. E, omitindo a discussão havida após cada uma, o volume transcreve as comunicações apresentadas.

J. Luelmo sintetizou os seus estudos sobre a problemática global das sociedades pré-históricas e da antiguidade greco-romana, sugerindo uma imagem diversa da marxista e que, em seu entender, mais rigorosamente se ajusta aos princípios do materialismo histórico. G. Fatas reflectiu sobre o conteúdo da expressão «sociedade escravagista». Cristobal Gonzalez Roman abordou outro conceito, «classes sociais», procurando ver como aplicá-lo correctamente à Antiguidade. Agustín Diaz Toledo manteve-se igualmente

*Conimbriga*, 19 (1980), ~~173-207~~ 191-194

dentro duma perspectiva teórica, analisando como a ideia de «estrutura social» está intimamente ligada à vivência concreta do historiador e da sociedade em que se encontra mergulhado. José Fernandez Ubina comentou o tema da exploração dos escravos segundo o pensamento de Karl Marx. E este conjunto de comunicações predominantemente teóricas completa-se com o discurso de G. Bravo acerca dos conceitos «relações de classe», «classes sociais», «conflitos».

O estudo de Joseph Padro I Parcerisa — sobre a mudança de estruturas introduzidas pelos Ptolomeus no Egipto — está um pouco isolado do contexto dos trabalhos apresentados, pois que nos é possível agrupar as restantes comunicações em torno de três temas gerais: 1) a aplicação concreta dos conceitos discutidos; 2) análise de fontes literárias; 3) aspectos da romanização na Península Ibérica.

Pertencem ao primeiro grupo: a tese de M. C. Die Goyanes acerca da plebe na República Romana; as exposições de A. Lozano e de J. M. Blazquez sobre as revoltas de escravos; as sínteses de A. del Castillo e R. Teja a propósito, respectivamente, do regime matrimonial dos libertos e da situação dos *honestiores* e *humiliores* no Baixo Império.

Três autores são analisados de um prisma social: Esquilo, por J. C. Bermejo Barrera (parentesco na Grécia antiga); Apuleio, por M. J. Hidalgo (organização social e económica); e Amieno Marcelino, por N. Santos Yanguas (polícia secreta no Baixo Império Romano).

Colóquio organizado na Península Ibérica, não poderia deixar de ter espaço relevante (p. 141-268) para a História Antiga peninsular, que foi abordada nos mais variados aspectos: classes dominantes entre os Iberos (A. Ruiz Rodriguez); escravatura comunitária na Bética pré-romana (J. Mangas); a ocorrência do antropónimo *Ambatus* e seu significado (M. Sevilla); a relação campo-cidade e a organização social na Celtibéria Ulterior (J. Rodriguez Blanco); estruturas étnico-sociais na Cantábria (J. M. Iglésias Gil); os Astures sob o domínio romano (M. Pastor); a nomenclatura da população municipal na Hispânia romana (J. F. Rodriguez Neila); os seviros e o seu dinamismo na Catalunha do Alto Império Romano (J. Pons Sala); as formas religiosas na Hispânia Citerior (A. Prieto); magistrados municipais na Lusitânia (J. Francisco Martin); a força do trabalho «durante a Antiguidade tardia» (L. A. Garcia Moreno); a política anti-judaica dos Visigodos no séc. vn (L. Garcia Iglésias).

Há, pois, ampla panorâmica, a justificar um grande louvor aos organizadores do Colóquio por tão rapidamente terem publicado estas actas. Cada comunicação foi e continuará a ser, sobretudo agora que atingiu um público mais vasto — ponto de partida para novas achegas, constituindo elas próprias etapas importantes no domínio de investigação dos respectivos autores.

A Epigrafia serviu de fonte histórica primordial nos estudos de A. Sevilla, Iglésias, Pastor, Rodriguez Neila, Pons Sala e F. Martin. A Sevilla procurou definir etimologicamente o antropónimo *Ambatus*, situando-o geográfica e socialmente; não teria sido má ideia a inclusão dum mapa de distribuição com a respectiva bibliografia para mais facilmente nos «encontrarmos».

Iglésias baseou-se naturalmente nas suas anteriores teses sobre a Cantábria; aí, como tivemos ocasião de o dizer (*Conimbriga* XV 1976 p. 186-8), haveria pontos discutíveis, revisão de leituras a fazer — já teriam sido feitas para esta nova síntese? De Pastor há muito a esperar, uma vez que conhece a fundo os textos epigráficos da Astúria — mostram-no-lo as bem elaboradas notas que apoiam a sua comunicação. O trabalho de Rodríguez Neila, se bem que baseado fundamentalmente sobre os dados do CIL II, apresenta-se de fundamental interesse para discussão de termos como *colonus*, *municeps*, *ordo*, *incola*, *plebs*, *populus*, *patria*.

Da maior importância se poderia revestir a comunicação de J. Francisco Martín. Elencando duúnviros, edis e outros magistrados municipais da Lusitânia, prestar-se-ia a conclusões de interesse. Urgia um retorno ao monumento e mais cuidadoso comentário a cada personagem. A tipologia e a eventual sumptuosidade do monumento são dados de interesse, se se pretende (como era o caso) uma relação com a economia. Além disso, um texto desaparecido, como ~~GH~~ II 5141, cuja leitura é extremamente duvidosa, não pode ser colocado, por exemplo, a par de CIL II 4990, bem legível. Para além das gralhas tipográficas (bastantes), haverá pontos a rever:

1) Qual a ordem seguida na apresentação das personagens? Porque é que, nomeadamente, *T. Pompeius Albinus*, de Mérida (n.º 17), não vem imediatamente antes de *C. Pompeius Priscus*, também de Mérida (n.º 14)?

2) Porque não se alude, no capítulo «edis», àqueles que exerceram este cargo e também o duúnvirato (n.ºs 11, 13, 20, 23, 29)? Assim dá impressão de que apenas se registam sete edis na Lusitânia, quando são pelo menos doze.

3) Que critério permitiu datar da época de Cómodo CIL II 4990? Esse texto é a homenagem de *Manlia Faustina*<sup>ão</sup> ao seu irmão, *T. Manlius Faustinus*, filho de *T. Manlius*; no comentário, J. F. Martín cita CIL II 4989 para provar que «en Lusitania contamos con tres *T. Manlius* (sic) (...)». São, efectivamente, três se contarmos apenas os citados em CIL II 4989; mas CIL II 4990 — 'que é o texto comentado — indica-nos mais dois, o pai e o filho; e CIL II 12 regista um *T. Manlius Lacon*.

4) Ao citar-se CIL II 47 (n.º 5, *Q. Petronius Maternus*), deverá, em nosso entender, referir-se CIL II 48 e, até, CIL II 5187 — que julgamos dizerem respeito à mesma personagem. No comentário, o autor afirma: «(...) Sabemos que se trata de una estatua que le dedica la colonia Pax Julia y que posiblemente costearan entre los dos *duoviri*, este y el que le segue» (p. 231). Ao contrário do que julgamos compreender desta frase, o texto é uma homenagem da população de *Pax Iulia* ao imperador Lúcio Vero, mandada gravar numa placa por decreto dos decuriões, sendo os duúnviros os executantes dessa decisão.

5) CIL II 52 refere (e é texto duvidoso) C.IVLIVS.C.F [...] e não GAL(eria) / C.JULIUS... C. F(ilius) GAL(~~er~~) (n.º 8, p. 232).

6) CIL II 25 é de leitura duvidosa.

MACRO / 7) CIL II 159 (n.º 34, p. 237): a pedra encontra-se partida do lado esquerdo; o cognome ~~MAGRO~~ está bem centrado na l. 2, de forma que não vemos motivo para reconstituir aí um Q. de significação controversa.

Certo é que vai sendo tempo de lançarmos mão às tentativas de síntese. E, se os dados em que elas se baseiam hão-de ser eminentemente claros, não é menos urgente que as sínteses arquitectadas devam apresentar-se coerentes. Para um e outro caso, aí estão estas Actas a repensar problemática, numa tentativa feliz.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO